

## Os Católicos e as Cartilhas de Educação Política nas eleições de 1982

ADRIANO HENRIQUES MACHADO<sup>1</sup>

Um material que foi produzido em larga escala pelos diversos grupos católicos durante a segunda metade do século XX e existente até os dias de hoje são as cartilhas informativas, que trazem diversos tipos de textos, destinações e objetivos, tais como: orações, novenas, histórico de alguma atividade ou instituição, ensinando como organizar uma pastoral ou uma Comunidade Eclesial de Base (CEB), tratando da Campanha da Fraternidade, dentre muitos outros temas e assuntos. Contudo, um tipo específico de cartilha católica, que ganhou força ao longo dos anos 1970 e principalmente nos anos 1980, foram as chamadas Cartilhas de Educação Política, as quais tinham como temáticas principais a relação do católico com a política de forma geral, com os diversos movimentos populares e operário-sindicais e com a política partidária e as próprias eleições.<sup>2</sup>

O desenvolvimento e a criação dessas cartilhas ficavam a cargo, na maioria das vezes dos próprios leigos, os quais comumente estavam organizados em uma Equipe Política ou Grupo de Direitos Humanos, sendo vinculados a alguma CEB, paróquia, região episcopal ou diocese. Desse modo, esse tipo de material constitui uma fonte privilegiada para se apreender o pensamento e as concepções políticas dos militantes leigos que atuavam junto à Igreja Católica, tendo em vista que grande parte dos documentos, jornais e outras fontes católicas eram produzidos por integrantes da hierarquia, sejam eles padres, bispos ou religiosos.

Para ajudar na análise dessa documentação e das próprias vivências e experiências desses grupos, da própria Igreja Católica e das instituições de forma geral, muito contribuiu a leitura de autores da Nova Esquerda Inglesa, tais como Raymond Williams e Edward P. Thompson, a partir dos quais pude compreender as instituições não como formulações abstratas, blocos homogêneos, sem conflitos internos ou

---

<sup>1</sup> Mestre em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

<sup>2</sup> Segundo o estudo de Ivo Lesbaupin (LESBAUPIN: 1983:57-74), que analisou as Cartilhas de Educação Política em âmbito nacional, as primeiras foram confeccionadas a partir do início dos anos 1970, mas tiveram seu maior desenvolvimento com a reorganização partidária e a aproximação das eleições de 1982.

simplesmente divididas entre conservadores e progressistas. Mas sim, que esses grupos e instituições são formados por diversos sujeitos, que a partir de suas vivências e experiências articulam-se em grupos ou tendências, os quais são constantemente permeados por tensões e pontos de conflito na luta pela hegemonia dos mesmos. Ao mesmo tempo, não se pode abdicar da questão que essas instituições possuem um importante histórico e são marcadas por diversas tradições, porém, as mesmas não são características iminentes e imóveis, mas sim conceitos e práticas que são constantemente reformuladas e ressignificadas a partir do contato e da relação que seus sujeitos estabelecem com cada contexto histórico.

Partindo disso, quando menciono católicos, no lugar de Igreja Católica, busco abranger não só a hierarquia da instituição, mas toda a complexidade de grupos e sujeitos que se articulavam ou se relacionavam com a Igreja naquele momento, desde bispos, padres, freiras, religiosos, até os membros das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), das diversas pastorais, das Comissões de Justiça e Paz e Direitos Humanos, dos Clubes de Mães, dentre outros. Essa compreensão teórica torna-se de fundamental importância para analisar as cartilhas de educação política, visto que as mesmas, apesar de receberem a chancela ou a aprovação de algum integrante da hierarquia da Igreja, eram feitas e construídas majoritariamente por pessoas ou grupos de leigos da instituição.

O presente artigo não faz uma discussão geral das diversas cartilhas de educação política elaboradas por todo o país que tinham como temática as eleições de 1982,<sup>3</sup> mas se concentra em analisar as que foram produzidas na região da Grande São Paulo, com destaque para aquelas das regiões sul e leste da cidade de São Paulo e da região do ABC paulista.<sup>4</sup> Porém, antes de analisar as cartilhas, acredito ser preciso destacar de forma rápida as diversas mudanças e transformações que a Igreja Católica dessa região passou ao longo dos anos 1970.

---

<sup>3</sup> O estudo de Ricardo Galletta (1985:152-153) catalogou mais de 115 cartilhas que foram produzidas visando as eleições de 1982; porém, a quantidade de cartilhas organizadas pode ter sido ainda maior, visto que muitas delas tinham uma pequena tiragem ou uma circulação limitada, muitas vezes circunscrita a um bairro ou paróquia.

<sup>4</sup> Grande parte das cartilhas políticas produzidas nesse período encontram-se arquivadas no Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro (CPV), antigo Centro de Pastoral Vergueiro, localizado na capital paulista.

A instituição católica, desde o Concílio do Vaticano II nos anos 1960, buscava adaptar-se ou pelo menos encontrar respostas para as novas realidades colocadas pelo mundo contemporâneo. Nessa busca, um dos locais onde o catolicismo passou por grandes transformações a partir de então, foi a região da América Latina, que se consolidaram com a IIª e IIIª Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, realizadas respectivamente nas cidades de Medellín, em 1968 e em Puebla no ano de 1979, as quais escolheram como ação principal a ser realizada pela Igreja na região a “opção preferencial pelos pobres”. Junto a isso houve a formulação de uma teologia própria, que fazia uma análise religiosa dos problemas sócio-econômicos do subcontinente com o auxílio de conceitos marxistas e propunha um sistema socialista para a região, chamada de Teologia da Libertação, a qual teve no peruano Gustavo Gutierrez, nos irmãos brasileiros Leonardo e Clodovis Boff e no dominicano Frei Betto, importantes expoentes.

Porém, essas propostas de mudanças e transformações foram apreendidas e executadas de diversas formas em cada país, diocese ou paróquia da América Latina. Nesse sentido a arquidiocese de São Paulo, comandada por D. Paulo Evaristo Arns e a diocese de Santo André, que tinha D. Cláudio Hummes como bispo, tornaram-se por diversos motivos pontos de referência dessa nova prática católica. Dentre os fatores que levaram a essa compreensão estava a atuação das mesmas em favor dos direitos humanos e na denúncia das arbitrariedades cometidas pelo regime militar, além do apoio dado a diversos movimentos populares, tais como o Movimento do Custo de Vida na cidade de São Paulo e ao movimento operário-sindical nas duas regiões, seja na atuação junto ao “novo sindicalismo” durante as greves do ABC entre 1978-1980, ou no trabalho feito com a Oposição Sindical Metalúrgica na cidade de São Paulo.

Uma amostra dessa nova forma de atuar e perceber-se como Igreja ao lado dos “pobres” e “oprimidos” pode ser apreendida através da leitura dos Planos de Pastoral das duas dioceses, que democraticamente escolhiam as prioridades a serem fortalecidas e praticadas pelo conjunto de cada diocese. O “1º Plano Bienal de Pastoral” da arquidiocese de São Paulo, aprovado em 1975 para vigorar entre 1976 e 1979, escolheu como principais objetivos: as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), Direitos Humanos e Marginalizados, além de Periferia e Mundo do Trabalho. Da mesma forma que São Paulo, a diocese de Santo André em seu “Plano Diocesano de Pastoral” de

1979, também aprovou como prioridades o Mundo do Trabalho e o fortalecimento das CEBs; esta última compreendida como a grande concretização desse novo modelo de ser Igreja, devido ao seu caráter mais popular e menos hierárquico, além de o aspecto religioso e a própria leitura da bíblia serem confrontados com o cotidiano, a realidade e os problemas sócio-econômicos dos seus participantes e da própria sociedade.

Retomando a análise sobre as cartilhas, neste artigo discuto quatro delas, as quais tinham como temáticas centrais as questões sócio-políticas, os partidos políticos e o próprio caráter das eleições de 1982, sendo elas: “Falando de Política...” e “Os Partidos Atuais”, patrocinadas pela diocese de Santo André; a cartilha “Basta” adotada pelo Setor Interlagos, pertencente à Região Episcopal de Santo Amaro na zona sul paulistana e a “Acorda Povo” da Região Episcopal de São Miguel (Leste II).

Como dito acima, em sua maioria, a produção das cartilhas ficava a cargo dos próprios leigos, os quais a partir de um grupo ou uma equipe reuniam-se e discutiam em debates, reuniões e até em plenárias, as temáticas e os textos a serem colocados na cartilha. Exemplo disso foi que as quatro cartilhas trabalhadas neste texto foram organizadas por leigos, visto que a cartilha do Setor Interlagos foi produzida por uma equipe de Educação Política, as duas de Santo André pelo Centro de Direitos Humanos da Diocese e a de São Miguel foi confeccionada pelas Equipes de Subsídios e de Direitos Humanos.

Contudo, apesar da produção das cartilhas ficar a cargo de uma equipe de leigos, era comum que a mesma tivesse de ser aprovada ou chancelada pelo conjunto da comunidade, por parte de alguma coordenação ou por algum membro da hierarquia, tal como um padre ou um bispo. Uma amostra disso foi que as cartilhas da diocese de Santo André traziam o texto de apresentação assinado pelo bispo local, D. Cláudio Hummes; ou a cartilha de São Miguel, que em seu início trazia uma mensagem do bispo responsável pela Região Episcopal Leste II (São Miguel), D. Angélico Sândalo Bernardino.

No geral, essas cartilhas eram um pequeno livreto, do tamanho de uma folha de papel sulfite dobrada, com média de 10 a 50 páginas, compostas por textos, dados estatísticos, citações bíblicas ou de documentos da Igreja, ilustrações, quadrinhos, cantos, dentre outros tipos de linguagens, as quais costumavam ser apresentadas de forma bastante clara e didática. As temáticas discutidas podiam variar bastante, indo

desde histórias bíblicas trazidas para a realidade da época, o histórico de lutas do bairro, as mudanças pelas quais havia passado a Igreja na América Latina, até uma análise mais aprofundada sobre as condições sócio-políticas da sociedade brasileira, a proposta dos novos partidos e o caráter das eleições de 1982; temáticas e informações essas que buscavam localizar e desenvolver a atuação do católico nessas questões.

Entrando mais pormenorizadamente no âmago dessas cartilhas, como as mesmas tinham como objetivo final discutir as eleições de 1982, uma crítica generalizada encontrada nelas estava no caráter e nas limitações do próprio processo eleitoral e nos resultados práticos advindos do mesmo. Um exemplo desse posicionamento estava na mensagem inicial da cartilha “Acorda Povo”, escrita por D. Angélico: “É claro que não podemos esperar muito das eleições! Elas servem, ainda, de algum modo, na atual situação, aos donos do poder econômico e político do Brasil. SÃO PORÉM UM PASSO!” (EQUIPE REGIONAL DE SUBSÍDIOS, 1982:2, grifo do autor).

A citação do bispo acima resume bem o sentimento que a maioria dos grupos de oposição e de grande parte dos membros da Igreja tinham perante as eleições de 1982, marcadas por certas aberturas, mas ainda com inúmeras restrições. Por um lado, o “passo” dito pelo religioso, foi que o processo eleitoral era o primeiro a acontecer após a revogação do AI-5, da promulgação da Lei da Anistia, sem a censura à imprensa e por ser a primeira eleição direta para governador em mais de uma década. Contudo, a grande novidade das eleições estava no fim do sistema bi-partidário, a conseqüente extinção da ARENA e do MDB e a criação e participação de novos partidos: Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido Democrático Social (PDS), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido Democrático Trabalhista (PDT) e Partido dos Trabalhadores (PT).

Por outro lado, o governo federal permanecia controlado pelo aparato civil-militar instalado pela ditadura e os prefeitos das capitais e dos municípios considerados Áreas de Segurança Nacional não podiam ser eleitos. Provavelmente, eram estas limitações quanto ao poder central e a impossibilidade de transformações sócio-econômicas atreladas a esse nível de poder ainda controlado pelo aparato civil-militar da ditadura é que faziam com que o bispo ressaltasse o caráter menor e a limitação da eleição, assim como ele desacreditava que seus resultados trariam grandes mudanças na estrutura sócio-econômica da sociedade.

Além dessas questões, na eleição de 1982 ainda existia toda uma complexa e limitada legislação eleitoral, da qual a cartilha “Basta”, do Setor Interlagos concluía que: “[...] as regras para a votação foram feitas para complicar [...] Com isso a maioria do povo ficou sem saber como votar direito.” (EQUIPE DE EDUCAÇÃO POLÍTICA, 1982:37). As regras, da qual a cartilha de Interlagos dizia que vieram para confundir o voto da maioria da população, também tinham como objetivo dificultar a eleição de candidatos de partidos menores e segundo a maioria dos analistas do período buscavam dividir o voto de oposição, que antes estava concentrado no MDB e crescia a cada eleição, nos novos partidos que tinham sido criados, visto que o voto da ARENA havia migrado majoritariamente para o PDS. Dentre as diversas limitações do voto, a principal delas era a que proibia a coligação entre partidos e impunha o voto vinculado, no qual o eleitor só poderia escolher candidatos de um mesmo partido para os diferentes cargos e níveis, caso contrário, o voto era anulado, o que criava situações inusitadas, como por exemplo, se um partido não fosse organizado numa cidade, o eleitor poderia votar nele para os cargos de nível estadual e federal, entretanto teria que deixar os cargos de vereador e prefeito em branco.<sup>5</sup>

A respeito das finalidades e objetivos a serem alcançados pelas cartilhas, elas ressaltavam que a reflexão e o texto trazidos deveriam ser apenas o pontapé inicial para uma discussão mais aprofundada sobre a análise da sociedade, da política e dos partidos. Elas deveriam ser utilizadas como um subsídio, o qual careceria ser complementado pelos grupos de rua, pelas CEBs e por toda a comunidade, através de novos encontros, debates e até com a construção de novos materiais, como ressaltava uma orientação da cartilha “Acorda Povo” de São Miguel: “O Livrinho é apenas início de conversa! As Comunidades promovam debates, cursos, áudio-visuais sobre a PARTICIPAÇÃO DO CRISTÃO NA POLÍTICA E NA SOCIEDADE.” (EQUIPE REGIONAL DE SUBSÍDIOS, 1982:1, grifo do autor).

---

<sup>5</sup> Outra limitação dessa eleição era a Lei Falcão que regulamentava a propaganda política no rádio e televisão, a qual proibia a realização de debates nesses meios e a apresentação dos candidatos ficava restrita a divulgação da foto, nome, número e do currículo do candidato lidos por um locutor, que fora isso só podia informar sobre o local e o horário da realização de comícios; buscando assim, além de enfraquecer o debate político, impedir que críticas mais fortes ao governo federal fossem veiculadas. Além disso, a criação de novos partidos estava sujeita a rígidas normas e era proibida a organização de partidos comunistas.

Entrando propriamente nas temáticas tratadas pelas cartilhas, dois assuntos trabalhados pela quase totalidade delas era sobre o conceito e a importância da política e do partido político e qual posicionamento o católico deveria tomar perante eles.

Uma primeira abordagem sobre o conceito de política estava em mostrar que a mesma não se restringia a disputa eleitoral, além de tentar desconstruir o conceito negativo que, segundo os produtores da cartilha, a maioria da população tinha sobre ela. Sobre isso, a cartilha “Basta” de Interlagos apresentava a seguinte situação:

*Quando os moradores de uma favela lutam por água encanada, eles estão fazendo política. Quando os moradores da periferia lutam por iluminação pública, escolas, creches, estão fazendo política. Os bairros ricos tem água encanada, luz, esgoto, asfalto, enfim, todas melhorias. Na periferia, onde moram os trabalhadores, falta quase tudo. Esta diferença é devido a uma política. (EQUIPE DE EDUCAÇÃO POLÍTICA, 1982:37).*

O argumento apresentado acima mostra claramente como os produtores da cartilha buscavam associar a realidade e as diferentes condições de vida como consequência de uma determinada escolha e formulação política. Da mesma forma, as diversas lutas por melhorias no bairro e nos serviços públicos oferecidos a essa população, não consistiam em demandas e reivindicações isoladas, mas faziam parte de uma atitude maior, que consistia na participação da população nos problemas da sociedade e conseqüentemente na política.

Outra característica expressa nas cartilhas, a respeito da compreensão do caráter negativo da política pela população, era que esse posicionamento estava ligado e era decorrente dos anos de repressão e fechamento político, como destacava a cartilha “Falando de Política...”, de Santo André: “Até pouco tempo atrás era uma atividade própria dos grupos governantes. No entanto, hoje, ela está invadindo nossas vidas e novamente nos conscientizando da nossa responsabilidade política, a exigir que nossas posições políticas sejam revistas e modificadas.” (DIOCESE DE SANTO ANDRÉ, 1981:16)

Na frase acima, o texto da cartilha buscava ressaltar as transformações pelo que o país estava passando, que devido a participação da população em diversos movimentos populares e operário-sindicais, a política, que durante a maior parte da ditadura tinha ficado a cargo e nas mãos apenas dos governantes, estava voltando a fazer parte do cotidiano e a ter uma maior proximidade para o conjunto da população.

Além disso, a cartilha demonstrava que a população em geral, mas o cristão em especial deveria ter uma grande responsabilidade no trato com a política:

*Portanto, o cristão, assim como os demais brasileiros têm que participar e construir uma sociedade nova, mais justa, sem divisões e com mais igualdade. E, além do mais, é a mesma pessoa que vai à Missa que também faz a feira. Não podemos separar o ser humano de um lado, a fé, de outro a política, pois nele tudo está ligado. (DIOCESE DE SANTO ANDRÉ, 1981:14-15)*

A citação demonstra bem explicitamente a prática política de grande parte dos grupos católicos desse período, principalmente no momento em que faz a interligação entre o cotidiano e a realidade das pessoas, a sua fé religiosa e a sua atuação e posicionamento perante a sociedade e a própria política. Desse modo, o cristão, devido a sua missão e atitude como praticante dos ensinamentos de Cristo e da própria Igreja, teria, mais que o restante da população, que se comprometer e atuar na sociedade e dentro da esfera política.

Entretanto, a cartilha ao mesmo tempo em que buscava enfatizar a importância da política e da participação do católico na mesma, também começava a discutir qual modelo de sociedade deveria ser buscado e construído pelos cristãos. A frase acima, já ressaltava que a participação do católico na política deveria ter como ponto norteador a busca por uma sociedade nova, a qual seria classificada como justa, com mais igualdade e sem a existência de divisões.

A fim de esclarecer ainda mais como essas cartilhas compreendiam a estrutura sócio-econômica da sociedade daquele período e quais mudanças e transformações deveriam ser buscadas pelos cristãos, a cartilha “Basta” trazia a seguinte análise:

*Percebe-se no entanto que há duas ‘políticas’ opostas: a política do opressor e a política do oprimido. Desde que o homem deixou a comunidade primitiva das cavernas, a sociedade está dividida em classes, em opressores e oprimidos, exploradores e explorados. Existe um conflito permanente em que os interesses dos dois pólos, conflito que nasce da forma de organizar o trabalho. A maioria da população produz a riqueza com seu trabalho, porém apenas uma minoria fica com o produto desse trabalho. (EQUIPE DE EDUCAÇÃO POLÍTICA, 1982:37).*

A extensa citação deixa bem claro como os produtores da cartilha e grande parte dos católicos compreendiam a organização e a estruturação da sociedade, a qual se encontrava dividida em duas classes antagônicas, a dos exploradores e a dos explorados, ou seja, entre os que produziam a riqueza com o seu trabalho e aqueles que ficavam



com o lucro dessa produção; as quais possuíam interesses e perspectivas completamente antagônicas, e por conseqüência viviam em estado de permanente conflito.

Nessa forma de compreensão, percebe-se claramente como a análise marxista e o pensamento de esquerda da época influenciavam a prática e a atuação política desses cristãos, principalmente no que tange à forma como os mesmos empregavam a concepção de classe e lutas de classes. Logo, a sociedade nova e sem a existência de divisões, que a cartilha de Santo André pregava anteriormente, levava conseqüentemente os católicos a enfrentarem esse estado de coisas, isto é, em oposição a uma sociedade dividida entre exploradores e explorados que viviam em constante conflito.

Porém, de qual forma dar-se-ia essa transformação? As cartilhas não apresentam uma resposta simples e mecânica de como deveria ocorrer essa mudança; mas todas concordam que seria através da política, principalmente com os partidos políticos é que se conseguiria essa transformação ou ao menos eles teriam uma função essencial na sua construção.

Para explicar a importância do partido político na sociedade, a cartilha de Interlagos, colocava:

*Para cada trabalho existe uma ferramenta certa. Para bater um prego existe um martelo, para derrubar uma árvore existe um machado. Na luta também é assim. As ferramentas certas para conseguir aumento salarial, melhor condição de trabalho são os sindicatos, os grupos de fábrica, algumas oposições sindicais. (...) O partido também é uma ferramenta. (...) Os partidos são organizações que procuram expressar os interesses de cada classe, propondo um programa político para toda a sociedade. Seu objetivo é chegar ao poder e organizar a sociedade a partir dos interesses da classe que representa. (EQUIPE DE EDUCAÇÃO POLÍTICA, 1982:16).*

Desse modo, o texto citado coloca bem explicitamente como esses católicos compreendiam o que eram os partidos políticos e qual seria sua função, isto é, assim como para cada atividade, cada tipo de trabalho ou de luta existia um determinado tipo de ferramenta, o partido político era a ferramenta cuja finalidade seria a organização da sociedade através da conquista do poder. Logo, cada partido era articulado segundo os interesses e os objetivos de uma determinada parte/classe, o qual elaboraria um programa político para toda a sociedade.

Entretanto, a grande polêmica que as cartilhas de educação política provocaram, a qual foi amplamente destacada em diversos veículos de comunicação do período, foi devido à forma como as mesmas apresentavam e caracterizavam os partidos políticos e

principalmente pelo estabelecimento de critérios pelos quais o católico deveria optar ou não por uma determinada agremiação.

Como dito anteriormente, a grande novidade das eleições de 1982 era que a mesma se constituía na primeira em que diversos partidos políticos estariam em disputa. Assim, essas eleições possuíam uma dinâmica bem diferente das eleições de 1974 e 1978, em que o antigo MDB contava em suas fileiras com uma diferenciada gama de opositores ao regime militar; para o qual grande parte da Igreja apoiou amplamente o voto nessa legenda. Atitude essa, que naquele sistema bipartidário não representava claramente a escolha e a identificação com a maioria de suas propostas, mas se concretizava muito mais como um voto de protesto contra o governo, as ações e as arbitrariedades cometidas pela ditadura militar.

Logo, a criação dos novos partidos e a divisão da oposição à ditadura em três novas agremiações: PMDB, PDT e PT, colocava uma situação muito mais diversificada e complexa, fazendo com que a posição dos católicos perante a política e o apoio ou não a um determinado partido tornar-se-ia muito mais difusa e diferenciada do que nos anos anteriores. Uma amostra dessa mudança foi que diversas dioceses no período pré-eleitoral estabeleceram normas, as quais regulavam quais eram os limites e as proibições que a Igreja Católica estabelecia para a relação com a política partidária.

Por exemplo, o documento “Alguns critérios de participação política” veiculado no final de abril de 1982 e assinado pelo Colégio Episcopal da Arquidiocese de São Paulo, o qual reunia todos os seus bispos; apesar de incentivar a realização de debates de formação política por parte das paróquias e comunidades, estabelecia que os mesmos deveriam ser marcados pela pluralidade de posições e projetos políticos. Ao mesmo tempo, o documento proibia a utilização dos espaços pertencentes às igrejas para reuniões de núcleos ou de partidos políticos, com a justificativa que elas poderiam criar divisões na comunidade. Ao mesmo tempo, a diocese de Santo André, que tinha apoiado fortemente as greves do ABC nos anos anteriores, em seu documento “Orientações referentes à política”, assinada pelo bispo D. Cláudio Hummes, além de também proibir o uso do espaço físico da Igreja para partidos políticos, estabelecia que todos os candidatos a cargos públicos pedissem o afastamento das funções que tinham na Igreja, as quais iam desde os coordenadores de comunidade, de pastorais até os ministros da eucaristia.

Analisando as normas criadas pela hierarquia das duas dioceses da Grande São Paulo, nota-se claramente uma mudança substancial de posição na relação estabelecida com os partidos políticos. Porque, enquanto nos anos anteriores as mesmas dioceses apoiavam e incentivavam direta ou indiretamente a atuação junto a um determinado partido, frente a nova miríade de posições e programas partidários, elas vão buscar estabelecer um maior distanciamento e até mesmo uma suposta neutralidade frente aos novos partidos políticos.

Nessa questão está uma das grandes diferenças das cartilhas de educação política, bem como de sua importância e riqueza. Pois enquanto a hierarquia buscava distanciar-se e não avaliar ou atuar favoravelmente a um ou mais partidos, elas traziam um amplo debate sobre os mesmos, onde era feita uma avaliação crítica das agremiações a partir das experiências e posicionamentos políticos dos seus produtores, e mais do que isso, colocavam-se de forma favorável ou contrária às propostas e aos históricos de cada um dos novos partidos.

Para mostrar mais claramente como essas análises eram construídas e formuladas, farei uma breve síntese de como as cartilhas apresentaram e avaliaram cada um dos novos partidos, além de como deveria ser o posicionamento dos católicos frente a eles e suas propostas políticas.

O Partido Democrático Social (PDS) era apresentado como sendo o continuador da antiga ARENA, o qual defendia toda a política do regime militar e era composto por latifundiários, generais, grandes empresários, ou seja, defendia os interesses da “alta burguesia”. Desse modo, dentro da sociedade buscada pelos católicos, o PDS era amplamente rejeitado e o voto no mesmo representava a manutenção da sociedade dividida entre exploradores e explorados, como bem enfatizava a cartilha “Acorda Povo” de São Miguel: “É o responsável pela situação de exploração e dominação. Votar neste Partido ou em algum candidato do PDS é apoiar a injustiça e a dominação dos poderosos.” (EQUIPE REGIONAL DE SUBSÍDIOS, 1982:30)

Outro partido analisado pelas cartilhas católicas como sendo auxiliar ao governo era o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) liderado por Ivete Vargas, sobrinha-neta de Getúlio. Segundo elas, o PTB disputava a herança política do Vargas com o grupo do Brizola, que só havia ficado com a antiga sigla getulista devido a uma manobra do governo. O partido era descrito como formado por políticos profissionais, que iam

desde populistas até sindicalistas pelegos e representava os interesses da classe rica e da pequena e média burguesia. A cartilha de Santo André ironizava o caráter trabalhista do PTB da seguinte forma: “É o partido do trabalhismo não socialista, quer representar os interesses dos trabalhadores, porém, sem a participação dos trabalhadores” (DIOCESE DE SANTO ANDRÉ, 1982:11).

Assim, como o PDS e o PTB por representarem os interesses dos exploradores e apoiarem o governo já estavam praticamente descartados pelos militantes católicos, restava avaliar os três partidos que se colocavam como oposição ao regime: PDT, PMDB e o PT.

Na apresentação e análise que as cartilhas católicas faziam do PDT percebe-se um certo distanciamento e até um desinteresse com suas propostas, visto que em todas elas o partido foi o que recebeu menos linhas em sua apresentação e análise. Uma das causas desse distanciamento foi trazida por uma das cartilhas, que descrevia o partido como sendo mais forte nos estados do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro. Percebe-se assim, que a agremiação tinha pouca penetração dentro do estado paulista, onde as cartilhas haviam sido produzidas. Porém, apesar desse certo desinteresse, o PDT era apresentado como um partido que propunha um capitalismo com menor exploração, o qual defendia os trabalhadores e era considerado de oposição, além de possuir influência da social-democracia européia. Nota-se assim que as propostas do partido eram apresentadas de uma forma muito genérica e quase não eram analisadas ou criticadas de uma maneira mais aprofundada pelos autores das cartilhas.

Com isso, os partidos que as cartilhas demandavam uma maior análise eram o PMDB e o PT, partidos esses, que além de possuírem uma grande base de apoio na região da Grande São Paulo, eram agremiações que tinham em sua composição e sua atuação política uma maior ligação com os diversos movimentos populares e operário-sindicais, de direitos humanos e de combate ao regime militar que surgiram nessa região e também eram fortemente apoiados e articulados junto a diversos setores católicos.

O Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) era visto como sendo de oposição e uma continuidade do MDB com algumas variações, o qual defendia a democracia, a realização de uma nova constituinte, o sindicato livre, a saída dos militares do poder e a melhoria de vida para o povo. Além disso, era apresentado como um partido formado de cima para baixo e composto por setores bem diferentes, tais

como: grandes empresários, classe média e trabalhadores, que devido a essa heterogeneidade dos membros levava a: “Representar interesses da classe média, dos trabalhadores urbanos, do empresariado nacional, etc...” (DIOCESE DE SANTO ANDRÉ, 1982:9)

O Partido dos Trabalhadores era identificado como um partido formado e composto majoritariamente por trabalhadores urbanos e rurais; ou seja, construído de baixo para cima, com a ampla participação das bases, através de núcleos nas vilas e nos bairros; além da presença de estudantes, intelectuais, pequenos produtores, médicos e artistas comprometidos com os movimentos populares. Logo, o PT por não ter a participação das chamadas classes dominantes, representava os interesses dos trabalhadores urbanos e rurais. Fora isso, sua proposta era vista como sendo realmente nova, compreendendo a participação efetiva do povo na política, a qual levaria a sua própria libertação, através de uma reforma agrária profunda, com o fim do regime capitalista e a construção de uma sociedade socialista; como conclui a cartilha de São Miguel: “(...) quer organizar a sociedade sem exploradores e explorados.” (EQUIPE REGIONAL DE SUBSÍDIOS, 1982:33)

Assim, além de apresentar as novas agremiações segundo suas perspectivas e conceitos políticos, as cartilhas também estabeleciam os critérios que deveriam ser a base para a escolha do católico para um determinado partido. Desse modo, como visto acima, se o PDS e o PTB já estavam praticamente excluídos por esses sujeitos e o PDT era visto sem grande relevância, os critérios para a escolha restringiam-se entre PMDB e PT.

As cartilhas de Santo André colocavam os seguintes critérios para a escolha de um partido: que fosse popular, defendesse o interesse dos oprimidos, combatesse a ditadura e visasse a mudança popular através da organização do povo. Partindo desses critérios, o único partido formado de baixo para cima havia sido o PT, logo apenas ele era um partido verdadeiramente popular. Por outro lado, no PMDB, apesar de ter certa participação das bases e defender o fim do regime militar, a presença de diversos setores da sociedade em seus quadros, fazia com que os interesses defendidos pelo partido ficassem confusos, visto que segundo a cartilha a defesa dos oprimidos não se daria de forma conjunta com a de latifundiários e empresários, o que o tornava sem propostas e projetos bem definidos. Assim, o PT além de surgir das bases, era o único que defendia

apenas os interesses dos trabalhadores, e mais do que isso, propunha a participação do povo na mudança social que levaria à construção do socialismo, ou seja, o PT constituía-se na única agremiação em que a maioria dos critérios da cartilha coadunava-se com suas propostas e projeto político.

Enquanto isso o critério colocado para a escolha de um partido pela cartilha “Acorda Povo” de São Miguel era muito mais direto e objetivo: “Estejam atentos e observem qual o Partido que mais defende os interesses do povo oprimido e trabalhador.” (EQUIPE REGIONAL DE SUBSÍDIOS, 1982:33). Nessa perspectiva, da forma como estavam apresentados, o PT também tornava-se o partido a ser escolhido pelos militantes católicos, visto que enquanto o PMDB queria apenas melhorar a vida do povo, o PT segundo a própria cartilha era a agremiação que queria a participação do povo na política através dos núcleos nos bairros, bem como sua libertação e a construção de uma sociedade sem exploradores e explorados, ou seja, era claramente segundo seus produtores o que mais defendia os interesses do povo oprimido e trabalhador.

Diferentemente das duas cartilhas que colocaram critérios objetivos para a escolha de um determinado partido, a cartilha “Basta” de Interlagos, conduzia a escolha através da construção de uma situação-problema bastante interessante: “Se uma casa estiver caindo, com os alicerces podres, as paredes desmoronando, o que se faz? Uma reforminha aqui, uma pintura ali, mexer em alguns alicerces? Ou se derruba a casa para construir uma outra com alicerces novos, telhado e pintura nova.” (EQUIPE DE EDUCAÇÃO POLÍTICA, 1982:20).

Partindo dessa situação, a cartilha fazia uma comparação entre uma casa em ruínas com a sociedade e a vida dos trabalhadores brasileiros, marcada pelo aumento da já forte desigualdade social e pela situação de exploração, problemas para os quais não haveria reforma que resolvesse, logo era necessário uma transformação que construísse uma nova casa, ou seja, uma nova sociedade. Logo, o único partido que segundo os produtores da cartilha propunha verdadeiramente essa transformação, através do fim do regime capitalista e a construção de uma sociedade socialista sem exploradores e explorados era o próprio PT.

Perante a apresentação dos partidos e dos critérios estabelecidos pelas cartilhas para a escolha deles percebe-se que na região da Grande São Paulo, principalmente nos

locais onde essas cartilhas foram publicadas, os católicos leigos produtores das mesmas possuíam uma grande aproximação e identificação com as propostas e práticas elaboradas pelo Partido dos Trabalhadores, apesar da novidade que o mesmo constituía na política brasileira e só dois anos após a sua fundação. A partir disso, pode-se constatar a fragilidade e a pouca ressonância da proposta peemedebista junto aos militantes católicos, muitos dos quais tinham militado ou apoiado fortemente o partido nos últimos anos, devido principalmente ao seu caráter de ser mais uma frente de oposição do que um partido com propostas e um programa bem definido. Fora isso, a rejeição aos outros partidos e a escolha pelo PT dava-se muito fortemente pela análise que esses católicos faziam da sociedade e da sua necessidade de transformação, as quais se aproximavam sobremaneira do programa petista, ou seja, buscavam uma sociedade sem exploradores e oprimidos, lutando pelo fim do capitalismo e pela construção de uma sociedade socialista.

Outro ponto a ser destacado está na diferença de posicionamento e atuação existente entre a hierarquia da Igreja e dos seus leigos na mesma região. Porque, enquanto a alta hierarquia da Igreja, através de seus bispos e normas, buscou no período de abertura política e reorganização partidária, regular a relação dos católicos e da instituição perante a política e a atuação nos partidos, tentando estabelecer um certo distanciamento perante essas questões e buscando até uma certa neutralidade; os diversos grupos leigos que produziram essas cartilhas, a partir de sua análise, suas vivências e perspectivas políticas, produziam um discurso extremamente crítico do momento político e da sociedade, apontando os problemas, as suas rejeições e identificações perante os novos partidos, e mais do que isso mostrando o porquê de suas escolhas e do seu posicionamento perante cada um deles. Esses comportamentos e tensões percebidos na relação leigos-hierarquia demonstram uma faceta ainda pouco analisada da Igreja Católica, a qual apesar de ser uma instituição fortemente marcada por sua tradição e estruturação hierárquica, isso não significa que dentro dela não exista um campo de disputas e negociações, os quais possuem discursos, práticas e experiências que suscitam diversas divergências, conflitos e produzem diferentes formas de atuação, discursos e posicionamentos.

## Referências Bibliográficas

BERBEL, Márcia Regina. **Partido dos Trabalhadores: tradição e ruptura na esquerda brasileira (1978-1980)**. 1991. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1991.

DIOCESE DE SANTO ANDRÉ; CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DE SANTO ANDRÉ. **Falando de Política...: sugestões para uma atuação pastoral na política partidária** (Cartilha n.º 1). Santo André, ago. 1981.

DIOCESE DE SANTO ANDRÉ; CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DE SANTO ANDRÉ. **Os partidos atuais: sugestões para uma atuação pastoral na política partidária** (Cartilha n.º 2). Santo André, mai. 1982.

EQUIPE DE EDUCAÇÃO POLÍTICA (Setor Interlagos). **Basta: cartilha de educação política do Setor de Interlagos**. São Paulo, set. 1982.

EQUIPE REGIONAL DE SUBSÍDIOS (São Miguel). **Acorda Povo**. São Paulo, jun. 1982.

GALLETTA, Antonio Ricardo Knippel. **Pastoral Popular e Política Partidária no Brasil**. 1985. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais – História Social) – Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 1985.

GUTIÉRREZ, Gustavo. **Teologia da Libertação**. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

KECK, Margaret Elizabeth. **PT – A lógica da diferença: O Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira**. São Paulo: Ática, 1991.

LESBAUPIAN, Ivo. As cartilhas políticas diocesanas de 1981-1982. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Igreja – Movimentos populares – Política no Brasil**. São Paulo: Loyola, 1983. p. 57-74.

MENEGUELLO, Rachel. **PT: a formação de um partido (1979-1982)**. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

THOMPSON, Edward P. **A Miséria da Teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.